

Governo confirma bloqueio de R\$ 2,9 bi

Beneficiado pela arrecadação recorde do início de ano e pela revisão de gastos previdenciários, o orçamento federal de 2024 terá um bloqueio de R\$ 2,9 bilhões em gastos discricionários (não obrigatórios), divulgou na sexta-feira a equipe econômica.

O corte temporário equivale a 0,14% do limite total de gastos e a 1,42% das despesas discricionárias do Poder Executivo. Sem a arrecadação recorde de janeiro e fevereiro, reforçada pela tributação dos fundos exclusivos, pela reoneração dos combustíveis e pelo aumento da massa salarial, o congelamento seria maior.

O Planejamento revisou para R\$ 9,3 bilhões a estimativa de déficit primário – resultado negativo das contas do governo sem os juros da dívida pública. O arcabouço fiscal estabelece meta de déficit zero neste ano, mas permite um limite de tolerância de 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB), o que equivale a R\$ 28,8 bilhões.

Desoneração

O relatório prevê queda de R\$ 31,5 bilhões nas receitas brutas e aumento de R\$ 1,6 bilhão de despesas em relação ao previsto no orçamento. No caso das receitas, pesou, entre outros fatores, a continuidade da desoneração da folha de pagamentos de 17 setores, que o governo pretendia extinguir mas não teve apoio no Congresso, o que representou queda de R\$ 17,7 bilhões na arrecadação prevista. Já os gastos obrigatórios foram pressionados pelos benefícios previdenciários, apesar da revisão, e pelos precatórios.

Entenda

Por que o governo precisa bloquear valores do orçamento?
O bloqueio é realizado quando há elevação das despesas obrigatórias, o que exige contenção de gastos discricionários (não obrigatórios) para garantir que haverá espaço no orçamento para cumprir a meta fiscal.

Por que o valor de R\$ 2,9 bilhões?
O valor do bloqueio foi definido com base na diferença do limite de R\$ 2,089 trilhões de despesas, previstas no arcabouço fiscal, e a projeção de que o governo gastará R\$ 2,092 trilhões neste ano.

“

Hoje, a meta fiscal é uma lei. O resultado não depende só de fixar na lei o que você quer. Depende de um esforço do Executivo, do Legislativo e do Judiciário em proveito do equilíbrio de contas.

FERNANDO HADDAD
Ministro da Fazenda

O secretário do Orçamento Federal, Paulo Bijos, afirmou que a atual projeção do resultado primário é um sinal de que “as contas públicas estão sob controle”, mas que isso “não significa situação de conforto”.

Emendas

Até o dia 30, decreto presidencial definirá a distribuição do bloqueio pelos ministérios. O governo já decidiu que a verba reservada para emendas parlamentares não será atingida. Segundo Bijos, a definição das verbas que serão contingenciadas dependerá de “decisões políticas”.

Em relação às medidas apresentadas no ano passado para elevar a arrecadação, o governo praticamente manteve a mesma projeção de receitas, passando de R\$ 167,6 bilhões para R\$ 168,3 bilhões, apesar de algumas previsões que não irão se confirmar, como os R\$ 2,8 bilhões que eram previstos com o fim da isenção do Imposto de Importação para as compras online internacionais.

Por outro lado, a limitação das compensações tributárias pelas empresas deve garantir incremento de R\$ 24 bilhões.

Por que o bloqueio foi menor do que o esperado?

Um dos fatores foi o aumento de 8,82% na arrecadação federal no primeiro bimestre em relação a 2023. Além disso, a revisão dos gastos previdenciários deve gerar economia de R\$ 10 bilhões.

Que tipo de gastos serão atingidos?

Investimentos e despesas com custeio da máquina pública. A distribuição entre os ministérios será definida em um decreto até o dia 30. De um total de R\$ 204 bilhões em gastos discricionários, somente R\$ 77 bilhões podem ser bloqueados.

**CONEXÃO
BRASÍLIA**



matheus.schuch@rgsru.com.br
ESTA COLUNA CONTÉM
INFORMAÇÃO E OPINIÃO

Déficit zero segue distante

A alta na arrecadação no primeiro bimestre do ano foi surpreendente, animou o governo e reduziu bastante a necessidade de bloqueio do orçamento. A limitação de gastos livres de R\$ 2,9 bilhões, anunciada na sexta-feira, ficou distante de projeções mais pessimistas que indicavam cifras perto de R\$ 15 bilhões. Mas isso está longe de significar guinada firme em direção ao cumprimento do déficit zero.

Além de contar com a sequência de bom desempenho da economia, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, terá de lidar com as resistências do Congresso à aprovação de medidas que reduzam benefícios fiscais. Alguns projetos em discussão no momento, como isenções ao setor de eventos e redução da contribuição previdenciária de prefeituras, indicam derrotas do governo.

A lista de ministérios atingidos pelo bloqueio sairá nos próximos dias e já há brigas internas. Conciliar os interesses na arrancada do ano com um bloqueio bem abaixo do previsto não será tarefa tão árdua. O problema será limitar o orçamento ao longo de todo o ano, com a pressão política das eleições municipais e a necessidade de maior aperto nas contas.

Justiça seja feita, Haddad desenhou um plano para cumprimento da meta de déficit zero neste ano. Mas ele caminha quase sozinho nesta estrada. Além do presidente Lula, importantes ministros defendem a necessidade de manter alto o patamar de investimentos públicos. Ao que tudo indica, será necessário muito fermento para fazer este bolo crescer o tanto que é esperado.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Orçamento Federal **Página:** 8